ISSN: 2674-9270
Volume. 8, n. 1, jan./jun. 2026

ARTIGO

Recital
Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

A formação inicial e continuada em educação especial: vivências de professores da escola da APAE de Montes Claros (1970 a 2015)

Stefanie Kelly Lourenço Oliveira
Universidade Estadual de Montes Claros
E-mail: stefanie.oliveira@yahoo.com.br

José Normando Gonçalves Meira
Universidade Estadual de Montes Claros
E-mail: jose.meira@unimontes.br

DOI: *https://doi.org/10.46636/recital.v8i1.572*

Recebido: *27 Ago. 2025*

Aceito: *07 Abr. 2026*

Como citar este artigo: OLIVEIRA, Stefanie Kelly Lourenço; MEIRA, José Normando Gonçalves. A formação inicial e continuada em educação especial: vivências de professores da escola da APAE de Montes Claros (1970 a 2015). **Recital - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG**, v. 8, n. 1, p. 152–170, 2026. DOI: 10.46636/recital.v8i1.572. Disponível em: https://recital.almenara.ifnmg.edu.br/recital/article/view/546.

Está obra está licenciada sobre uma Creative Commons Attribution 4.0 International License. Nenhuma parte desta revista poderá ser reproduzida ou transmitida, para propósitos comerciais, sem permissão por escrito. Para outros propósitos, a reprodução deve ser devidamente referenciada. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

A formação inicial e continuada em educação especial: vivências de professores da escola da APAE de Montes Claros (1970 a 2015)

RESUMO

Este artigo discute a formação de professores em Educação Especial da Associação de Pais e Alunos Excepcionais (Apae) de Montes Claros, entre 1970 e 2015, problematizando as motivações para a construção do conhecimento pedagógico para a prática docente. O recorte temporal diz respeito ao período de instalação da instituição no município em 1970 à promulgação da Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, que assegurou a inclusão das pessoas com deficiência no sistema educacional regular. Teoricamente, fundamenta-se em autores como: Anjos (2013), Dias e Souza (2017), Mazzotta (2021), Neves (2013) e Tanuri (2000). Na pesquisa histórica, utilizou-se o recurso da História oral (Alberti, 2006), recorrendo às "fontes vivas". Foram entrevistadas quatro ex-professoras e uma professora que ainda trabalhava na instituição, um ex-presidente, duas ex-funcionárias do *telemarketing* da Apae, uma ex-professora e empresária do campo da educação e o filho do fundador. Os resultados da análise ressaltaram a importância da Apae no apoio às pessoas com deficiência, oferecendo suporte para superação dos desafios e oportunizando conquistas. A pesquisa aponta para novos estudos que possibilitam maior compreensão sobre essa instituição educacional, explorando temas como práticas pedagógicas, percepção da comunidade e educação profissional.

Palavras-chave: Formação de professores. Educação Especial. Apae. Montes Claros.

Initial and continued training in special education: experiences of school teachers APAE of Montes Claros (1970 to 2015)

ABSTRACT

This article discusses the training of teachers in Special Education at the Association of Parents and Students with Special Needs (Apae) of Montes Claros, between 1970 and 2015, problematizando as motivações para a construção do conhecimento pedagógico para a prática docente. The timeframe covers the period from the institution's establishment in the municipality in 1970 to the enactment of Law 13.146 on July 6, 2015, which ensured the inclusion of people with disabilities in the regular educational system. This study examines the motivations for the construction of pedagogical knowledge for teaching practice. Theoretically, it is based on authors such as Anjos (2013), Dias and Souza (2017), Mazzotta (2021), Neves (2013), and Tanuri (2000). For the historical research, oral history (Alberti, 2006) was used, drawing on "living sources". Four former teachers and one teacher who still worked at the institution were interviewed, along with a former president, two former APAE telemarketing employees, a former teacher and businesswoman in the field of education in the city, and the founder's son. The results of the analysis highlighted Apae's importance in supporting people with disabilities, offering assistance to overcome challenges and creating opportunities for achievements. The research suggests new studies for a greater understanding of this educational institution, exploring topics such as pedagogical practices, community perception, and professional education.

Keywords: Teacher training. Special Education. Apae. Montes Claros.

INTRODUÇÃO

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais[1] (Apae) de Montes Claros instala-se no imaginário local como sendo propulsora de intensa dedicação no atendimento às necessidades das pessoas com deficiência. Conforme os documentos oficiais dessa instituição escolar, a sua missão é a inclusão e aprimoramentos, abrangendo tanto a capacitação de recursos humanos quanto a oferta de equipamentos de saúde, com o objetivo de proporcionar uma vida mais digna aos seus alunos. Entre os serviços oferecidos pela instituição, uma ênfase especial é dada à educação escolar e, consequentemente, à formação dos profissionais colaboradores que atuam nessa área.

Nesse contexto, o objetivo primordial deste artigo [2] é discutir a formação de professores em Educação Especial da Apae de Montes Claros, observando as práticas e desafios vivenciados pelos educadores no período de 1970 a 2015. O recorte analisado neste estudo abrange desde a fundação da Apae em Montes Claros-MG, em 1970, até o ano 2015, no qual, em 06 de julho, houve a promulgação da Lei de n° 13.146. Essa legislação brasileira garante a inclusão das pessoas com deficiência no sistema educacional regular, justificando, assim, o recorte temporal adotado aqui.

Ao delinear reflexões sobre o processo educacional da Apae de Montes Claros, Oliveira (2024) pontua que o seu interesse em discutir a formação para a Educação Especial despertou-se a partir de suas experiências profissionais em uma instituição com práticas inclusivas, em 2018. Nessa perspectiva, surge a seguinte questão-problema: como ocorreu o processo de formação inicial e continuada de professores em Educação Especial da Apae no município de Montes Claros? Além disso, surgem questões adicionais decorrentes dessa problemática central, a saber: quais iniciativas e razões motivaram as formações dos educadores dessa área educacional? Quais tendências teóricas e metodológicas foram adotadas nesse processo de formação? Quais desafios foram enfrentados pelos professores para a obtenção de conhecimento do âmbito da Educação Especial?

Para atendermos ao objetivo da pesquisa, buscamos fazer, por meio da pesquisa bibliográfica, uma breve contextualização da formação de professores no Brasil, observando as legislações que normalizam os processos formativos docentes. Nesse cenário, destacam-se as seguintes Leis: Constituição Federal de 1988, que estabelece a igualdade na educação como um direito de todos; Salamanca (1994), a qual trouxe a discussão da formação de professores em Educação Especial; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) de 1996, que estabelece a formação específica de docentes em Educação Especial.

Para a realização da pesquisa histórica, utilizamos fontes de diversos tipos, tais como as orais (Alberti, 2006) e documentais. Na produção dos dados da investigação, foram

[1] Termo adequado: criança com deficiência intelectual. “Excepcionais” foi o termo utilizado nas décadas de 50, 60 e 70 para designar pessoas com deficiência intelectual. Com o surgimento de estudos e práticas educacionais nas décadas de 80 e 90 a respeito de altas habilidades ou talentos extraordinários, o termo “excepcionais” passou a se referir tanto a pessoas com inteligências múltiplas acima da média (pessoas superdotadas ou com altas habilidades e gênios) quanto a pessoas com inteligência lógico-matemática abaixo da média (pessoas com deficiência intelectual). Desse modo, respectivamente, surgiram os termos “excepcionais positivos” e “excepcionais negativos”, de raríssimo uso (SASSAKI, 2003).

[2] Este artigo é um recorte da pesquisa de mestrado “Educação Especial em Montes Claros: implantação e consolidação da Apae (1970-2015)”, que está inserida no contexto da História da Educação, especificamente tratando da história das instituições escolares, com foco na História da Educação Especial.

realizadas entrevistas[3] presenciais, por meio de um roteiro de perguntas, com quatro ex-professoras e uma professora que ainda trabalha na instituição, um ex-presidente, duas ex-funcionárias do telemarketing da Apae, uma ex-professora e empresária educacional da cidade e, ainda, com o filho do fundador da instituição, tendo um total de nove entrevistados. Além disso, realizamos a pesquisa documental, buscando identificar registros sobre o tema nos arquivos da instituição e em acervos pessoais dos entrevistados, incluindo imagens, fotografias e outros documentos institucionais e pedagógicos.

Este artigo tem seu referencial teórico organizado em duas seções. No primeiro momento, fizemos uma reflexão sobre a formação de professores no Brasil, observando os aspectos que se referem especialmente à Educação Especial. Dessa maneira, discutimos algumas orientações educacionais que são dadas pela Declaração de Salamanca de 1994. Esse documento é um marco mundial da educação inclusiva e desempenhou um papel fundamental ao ressaltar a urgência de reformas nos sistemas educacionais, visando garantir uma educação de qualidade acessível para todos. Um ponto central da Salamanca (1994) foi a ênfase na necessidade de preparação dos educadores para lidar com a diversidade de demandas dos alunos, destacando a importância da formação de professores para melhor atendimento aos estudantes da Educação Especial. No segundo momento, discorremos sobre as diversas fases da formação dos professores da escola da Apae, desde a formação inicial até as dificuldades encontradas para a formação em Educação Especial. Para isso, analisados os dados produzidos por meio de relatos dos entrevistados na pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

A história da Apae de Montes Claros insere-se no contexto mais amplo do movimento apaeano no Brasil, que foi iniciado na década de 1950, e nas transformações sociais, econômicas e educacionais que marcaram esse município nas décadas seguintes. A fundação da Apae resulta da mobilização de famílias, educadores e voluntários que identificaram a ausência de instituições públicas especializadas no atendimento às pessoas com deficiência e buscaram criar um espaço voltado à educação, reabilitação e inclusão social. Antes mesmo de sua formalização, iniciativas individuais já apontavam para a necessidade de ações estruturadas na área da Educação Especial. Assim, esta seção tenciona promover a compreensão sobre o surgimento da Apae local, revisitando o cenário histórico, as motivações e os protagonistas que tornaram possível sua criação.

Formação de professores em Educação Especial no Brasil

A educação de pessoas com deficiência no Brasil foi marcada por um histórico de tensão entre a educação pública e a educação segregada em instituições filantrópicas (PLETSCH; SOUZA, 2021). Até a década de 1990, a educação de pessoas com deficiência não era uma prioridade em muitas sociedades, como afirma Jannuzzi (2004). Todavia, durante a Primeira República, algumas iniciativas pioneiras em diferentes Estados buscaram avanços na educação voltada para alunos com necessidades específicas. Em São Paulo, destacou-se a atuação do médico italiano Ugo Pizzoli, que, em 1914, ministrou o curso de Pedagogia

[3] Esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), por meio do Parecer de nº. 5.761.287 de 17 de novembro de 2022. Todos os procedimentos éticos foram observados para a realização das entrevistas.

Científica e foi contratado pelo governo estadual para dirigir o Gabinete de Antropologia Pedagógica e Psicologia Experimental da Escola Normal da Praça. No Espírito Santo, o professor Elpídio Pimentel defendeu uma sociedade mais emancipada pelo conhecimento e representou o Estado em congressos nacionais. Em 1929, Deodato de Moraes ministrou o Curso Superior de Cultura Pedagógica, comissionado pelo governo capixaba. Já em Minas Gerais, Helena Antipoff chegou em 1929 para atuar no Instituto Pestalozzi, fundado em 1932, onde desenvolveu um trabalho de referência na educação de excepcionais (Monticelli, 2014). Apesar dessas iniciativas em alguns Estados brasileiros, a prática de segregação no âmbito educacional ainda refletia uma concepção ultrapassada que categorizava os alunos com base em suas habilidades, criando ambientes específicos para diferentes grupos.

O atendimento educacional de PcD ocorria em classes especiais em escolas públicas ou particulares. Embora representasse um passo em direção à inclusão, muitas vezes, as iniciativas perpetuavam a segregação ao separarem o aluno com deficiência dos outros alunos. Essa abordagem terminava por propiciar a estigmatização e a marginalização da PcD ao classificar e isolar estudantes de acordo com suas capacidades de aprendizagem, comprometendo não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também o aspecto social e emocional dos alunos. Além disso, a falta de interação com colegas sem deficiência limitava as oportunidades de convivência e aprendizagem mútua, reforçando estereótipos e barreiras sociais. Essa realidade evidenciava a necessidade de repensar as práticas educacionais e promover a inclusão de forma mais ampla e efetiva, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas habilidades, tivessem acesso a um ambiente de aprendizagem mais rico e acolhedor.

Conforme Pletsch (2020), a Educação Especial é tanto uma modalidade de ensino quanto uma área de conhecimento interdisciplinar. Ela visa garantir a acessibilidade na educação para pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação, conforme estabelecido pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, Brasil, 2008). De acordo com Mantoan (2011, p. 3-4), “a história da educação de pessoas com deficiência no Brasil está dividida entre três grandes períodos: de 1854 a 1956 – marcado por iniciativas de caráter privado; de 1957 a 1993 – definido por ações oficiais de âmbito nacional; de 1993 – caracterizado pelos movimentos em favor da inclusão escolar”. Nesse cenário, as contribuições da Apae e de outras instituições educacionais que favorecem os estudos para a PcD são fundamentais, visto que elas oferecem propostas pedagógicas mais inclusivas e especializadas para o desenvolvimento educacional e social dos estudantes com deficiência. Ademais, essas instituições proporcionam ambientes e recursos didáticos adaptados, promovendo a conscientização e a formação de profissionais capacitados para lidar com as necessidades específicas dos estudantes com deficiência, contribuindo significativamente para a igualdade de oportunidades e para o sucesso educacional dos discentes.

Nesse viés, Azevedo e Charlot (2022, p. 41) asseveram que ensinar possui o significado de “atentar para sujeitos (e instituições de ensino) reais em processo de desenvolvimento e, portanto, com vivências marcadas por desigualdades sociais, preconceitos e discriminações de variadas origens (étnicas, sexuais, socioeconômicas, condição de deficiência etc.)”. Dessa maneira, o ato de pensar em Educação Especial está entrelaçado com o reconhecimento da necessidade de um planejamento que priorize a individualidade cognitiva de cada estudante e, ao mesmo tempo, promova reflexões, a fim de desnaturalizar os processos de exclusão, aos quais foram alvos milhões de brasileiros no decurso da história. A esse respeito, Soares (2020, p. 91) argumenta que “a tradução da diferença e da sensibilidade aos grupos excluídos

permanece como bandeira para a concretização de práticas pedagógicas mais inclusivas", portanto as iniciativas privadas ou públicas que são destinadas para a inclusão escolar da PcD são imprescindíveis para a efetivação da Educação Especial inclusiva. Nesse contexto, fica evidenciado que

> [...] não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. [...], ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais. O diálogo é encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu (Freire, 2019, p. 109).

De acordo com Freire (2019), pensar a educação exige dialogar com os sujeitos que participam do processo de ensino e aprendizagem na busca por ressignificar o contexto escolar. Nessa esfera, entra em discussão a formação dos profissionais que atuam na Educação Especial brasileira.

Em tempo remoto, o magistério era a formação exigida para a docência em classes especiais no atendimento à criança. Não havia discussões relevantes sobre a capacitação para atender à PcD, que, ao longo do tempo, passou a ser reconhecida como cidadã com direitos e capacidade para participar e conviver socialmente com seus pares. Lentamente, esse reconhecimento deu origem a um movimento de integração da PcD na sociedade. Nesse contexto, ocorreu uma aceleração na capacitação dos professores da área educacional devido aos movimentos de inclusão e à luta por direitos igualitários. Mazzotta (2021) enfatiza que, diante da necessidade de novas modalidades de atendimento a um público específico, a formação de professores exerceu um papel fundamental para a inclusão de estudantes com deficiência no ensino regular, evidenciando a importância da capacitação docente para atender às demandas educacionais dos alunos com deficiência, a fim de promover uma educação mais inclusiva e equitativa, valorizando a especificidade de cada aluno.

A partir da década de 1960, intensificaram-se as discussões na área da educação, com promoção de diversas transformações promotoras da inclusão. Em 1961, a LDBEN foi promulgada no Brasil, representando um marco na legislação educacional. A Lei nº 4.024/61 introduziu disposições fundamentais para o atendimento educacional, reconhecendo o direito fundamental da PcD à educação (BRASIL, 1961). A LDBEN enfatizou a importância da integração da PcD no sistema geral de ensino, preferencialmente nas escolas regulares, promovendo, assim, a inclusão e combatendo práticas segregacionistas. Essa abordagem pioneira estabeleceu as bases para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária no contexto educacional brasileiro. No entanto, essa legislação não abordou especificamente a formação de professores em Educação Especial. Na época, o enfoque principal estava na garantia do direito à educação para todos, incluindo a PcD.

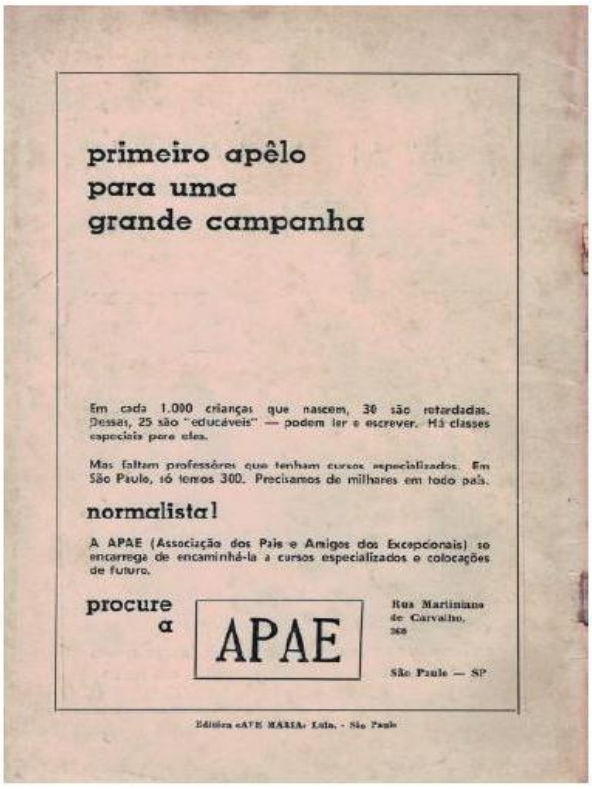
No ano de 1968, aumentou a demanda por mais vagas no ensino público. Em 28 de novembro de 1968, foi promulgada a Lei da Reforma Universitária, Lei nº 5.540, quando houve uma revisão regulamentar significativa do curso de Pedagogia. Esse processo foi orientado pelo Parecer CFE nº 252/69, que introduziu algumas alterações curriculares no Curso de Pedagogia, sendo aprovado e homologado pelo ministro da educação, Darcy Ribeiro. Esse Parecer resultou na Resolução CFE nº 2/69, que fixou os mínimos de conteúdo para serem observados na organização do Curso de Pedagogia, "a princípio, como um curso de bacharelado" (Neves, 2013, p. 239), na Faculdade Nacional de Filosofia. Essa legislação

representou um marco na estruturação e normatização do ensino nessa área, impactando diretamente na formação de profissionais da educação no Brasil.

No curso de Pedagogia, não havia ainda disciplinas e discussões voltadas para a formação de professores da Educação Especial. No que se referia à capacitação de professores no âmbito das deficiências, existiam iniciativas de instituições filantrópicas e privadas, por meio de cursos de extensão, que buscavam proporcionar conhecimentos e habilidades específicas aos profissionais interessados em atuar no campo da Educação Especial, visando abordar as necessidades educacionais de alunos com deficiências. Esses cursos de extensão representavam uma resposta às demandas crescentes por profissionais qualificados nesse setor e refletiam um período de atenção crescente às questões relacionadas ao atendimento às diversidades na educação.

Em 1964, a Apae de São Paulo fez uma campanha com o objetivo de se tornar conhecida, por meio da publicação no informativo "Mensagem da Apae" (Figura 1, a seguir). Essa campanha foi um apelo direcionado aos professores considerados "normalistas". A instituição ofertava cursos especializados no atendimento à PcD e havia oportunidades de emprego na área, pois, conforme indicado no comunicado da Apae, havia uma carência de "professores especializados". O anúncio da Apae (1964) enfatizava a crítica situação da falta de profissionais na área de educação especializada, mencionando que em São Paulo havia apenas 300 profissionais disponíveis, enquanto milhares eram necessários em todo o país, destacando, desse modo, a urgência de uma grande campanha para atrair mais profissionais e suprir essa carência.

Figura 1 – Primeiro apelo para uma grande campanha, informe (Mensagem da Apae, 1964)



Fonte: Apae (1964, quarta capa)

Desse modo, essa publicação tinha o objetivo não somente de alcançar os professores das escolas normais para se especializarem, mas também foi uma forma de chamar a atenção

das políticas públicas relacionadas à Educação Especial, principalmente as que estavam relacionadas ao Ensino Superior e à necessidade de formação de professores na área inclusiva, visto que a demanda de atendimento à PcD crescia cada vez mais. Os cursos oferecidos tinham conformidade com a Federação Nacional das Apaes (Fenapaes) com o propósito de divulgar conhecimento sobre as PcD.

Mazzotta (2021) pontua que as autoridades governamentais abordavam a questão da PcD como um desafio, promovendo, então, a criação e aprovação de leis que assegurassem o apoio às instituições que trabalhavam com a PcD. Assim, alguns governos repassaram auxílios financeiros às Apaes já implantadas no Brasil. Nesse cenário, a Fenapaes buscou atrair profissionais especializados na área da excepcionalidade, durante 1963 a 1973, por meio das edições de "Mensagem da Apae". O impresso da Apae influenciou um modelo de formação, cujos reflexos ainda persistiram durante muitas décadas nas práticas e representações docentes na Educação Especial.

Na década de 1970, a formação inicial de professores para a Educação Especial ocorria nos cursos de Pedagogia, com habilitações específicas definidas por deficiências. Segundo Neves (2013, p. 240), "foi apenas no ano de 1972 que o primeiro curso de formação de professores de excepcionais (área de ensino de deficientes mentais) do país foi instalado no Estado de São Paulo, em nível superior, como habilitação específica do Curso de Pedagogia". A partir desse período, outros centros universitários iniciaram, no âmbito do curso de Pedagogia, disciplinas específicas relacionadas à PcD. Essas iniciativas representaram um avanço na oferta de formação específica para profissionais interessados em atuar no campo da Educação Especial, refletindo uma crescente conscientização e resposta às necessidades educacionais diversificadas.

Em 1977, a Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" (Unesp) criou a Comissão de Educação Especial para adaptar um projeto apresentado por um grupo de trabalho à nova realidade universitária. Essa comissão recomendou a criação da Habilitação em Educação Especial (HEE) no curso de Pedagogia em Marília. Iniciou-se, então, a HEE/UNESP, abrangendo quatro áreas distintas para diferentes deficiências. As áreas de deficiência mental e deficiência visual foram implementadas em 1977, seguidas pelas áreas de deficiência da audiocomunicação, em 1980, e deficiência física, em 1986.

Em 1977, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) lançou um curso de especialização voltado para professores do ensino especial, revelando uma urgente demanda por capacitação de docentes nessa área. Essa ação coincidiu com a institucionalização, pelo Governo do Estado, de um sistema de formação de recursos humanos em Educação Especial. Em resposta a essa necessidade crescente, a UFSCar iniciou, em 1978, o Programa de Mestrado em Educação Especial (PMEE/UFSCar). No ano de 1982, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) surgiu com o Curso de Educação Especial Licenciatura Plena, com habilitação em Deficientes Mentais e da Audiocomunicação, aprovado pelo Parecer nº 65/1982. Até 2008, a UFSM foi a única instituição pública de Ensino Superior a oferecer gratuitamente o curso presencial de Educação Especial.

A década de 1980 foi um marco para a educação brasileira. Nesse período o país passa por um processo de redemocratização, de luta por direitos e liberdades individuais. Em 5 de outubro de 1988, foi promulgada a nova Constituição Federal do Brasil, estabelecendo princípios democráticos e consolidando o respeito aos direitos humanos. Ela fortaleceu a estrutura democrática do país, criando um arcabouço legal mais moderno e alinhado aos princípios democráticos. Os Artigos 205, 206 e 208 da Constituição Federal destacam a educação como um direito fundamental de todos, afirmando que:

> Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola [...]; Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: [...] III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1988, p. 108).

A Constituição Federal de 1988 estabelece as bases legais para a promoção da inclusão e igualdade na educação, fornecendo suporte para políticas públicas e práticas que visam atender às necessidades específicas das PcD no ambiente educacional. Essas iniciativas visavam assegurar que a educação no país refletisse os princípios de inclusão, equidade e acessibilidade preconizados em compromissos nacionais e internacionais. A partir da Constituição de 1988, novas legislações foram implementadas, sendo de extrema relevância para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

No que se refere ao processo de formação de professores no Brasil, a Declaração de Salamanca (1994) foi relevante, visto que destacou a necessidade de transformações nos sistemas educacionais para assegurar uma educação de qualidade para todos. Trouxe a discussão de preparação dos educadores para atender à diversidade de necessidades dos alunos e a formação de professores em Educação Especial. O documento enfatiza a capacitação dos professores para reconhecerem e adotarem diversas formas de aprendizagem, promovendo, assim, uma abordagem inclusiva, uma vez que a

> [...] criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem, cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias, os sistemas de educação devem ser planejados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades, as crianças e jovens com, necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades (Salamanca,1994, p. 7).

As diretrizes e princípios apresentados na Declaração de Salamanca (1994) influenciaram a elaboração de políticas educacionais e ações voltadas para a inclusão de alunos com deficiência. Anjos (2013, p. 5) pontua que, apesar de controvérsias em suas traduções, esse documento foi reconhecido por promover a participação de alunos com deficiência em salas de ensino comum, com uma abordagem mais democrática e inclusiva.

Até meados da década de 1990, a formação de professores para a Educação Especial ainda estava sob a responsabilidade do Ensino Superior no Brasil. Em 20 de dezembro de 1996, foi promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, que trouxe avanços significativos especialmente em relação à criação de cursos específicos para a formação de professores em Educação Especial. Esses cursos visavam proporcionar conhecimentos específicos sobre as práticas pedagógicas voltadas para atender às necessidades dos alunos com deficiência. Desse modo, entre os principais avanços, destacam-se o Artigo 58 que preconiza: "[...] haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de Educação Especial" (Brasil,

1996, p. 21).

A LDBEN (1996) estabeleceu que aos alunos da Educação Especial deve ser garantido o direito ao atendimento educacional especializado (AEE), que consiste em um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e estratégias para favorecer o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos com deficiência. O Artigo 59 prevê "professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns" (BRASIL, 1996, p. 21). Essa legislação enfatiza a importância da formação de professores para atuar na Educação Especial, assegurando que esses profissionais estejam preparados para lidar com a diversidade e promoção da inclusão.

A Resolução nº 1/2002 do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP) desempenhou um papel crucial ao estabelecer as diretrizes para a formação dos professores da educação básica no Brasil. Ao enfatizar que os educadores deveriam atuar como agentes de transformação na sociedade, a Resolução reforçou a importância de uma formação pedagógica que fosse além da simples repetição de conhecimentos, promovendo uma abordagem crítica e reflexiva. Em seu primeiro Artigo, ela define que a formação de profissionais da educação é constituída por "um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino e aplicam-se a todas as etapas e modalidades da educação básica" (Brasil, 2002, p. 1). Essa medida tencionava preparar os professores para os desafios educacionais e capacitá-los para combater preconceitos e contribuir para uma educação mais inclusiva.

Em suma, as transformações ocorridas no processo de formação de professores na Educação Especial no Brasil revelaram um percurso de diversos desafios e avanços. Ao longo das décadas, mudanças legislativas fundamentais, como a Constituição de 1988 e a LDBEN de 1996, foram importantes para estabelecer bases para um sistema educacional que atendesse às necessidades da PcD, garantindo, assim, o acesso de todos a uma educação de qualidade, respeitando e valorizando as individualidades do sujeito.

A formação inicial e continuada de professores na escola da Apae de Montes Claros para o atendimento da PcD

A década de 1980 foi marcada por transformações na educação brasileira, que foram impulsionadas pela redemocratização e pela promulgação da Constituição Federal em 1988. Foi um período de crescente propagação de instituições filantrópicas, por meio de pessoas, que eram bem-intencionadas e voluntárias, as quais manifestaram um olhar afetivo e inclusivo para a PcD. Nesse cenário, a Apae de Montes Claros foi fundada em 1970 por voluntários, entidades filantrópicas e professoras, que sentiram a necessidade de uma escola pública para atender a PcD. Efetivamente, a escola da Apae reiniciou as suas atividades no mês de novembro de 1981. A professora entrevistada, Maria Celeste Pires Silveira Ribeiro, com formação em magistério, foi uma das primeiras professoras contratadas na Apae. Ela afirma que, nesse período, eram poucas crianças, poucos funcionários e que a escolinha tinha poucos recursos. A formação de professor para o Ensino Infantil era o Magistério de nível médio, visto que a formação superior ainda era restrita no país.

A demanda de alunos aumentou durante toda a década de 1980 e a escola ainda se estruturava para recebê-los. A escassez de recursos da instituição e o preconceito que ainda existia com as PcD tornaram-se um desafio para os profissionais da escola e para as famílias, por um longo tempo. Outro desafio relevante era a falta de informação sobre as especificidades de cada deficiência. As professoras da Apae não tinham uma formação

específica em Educação Especial. Com isso, tornou-se ainda mais necessária a busca por novos conhecimentos e novas práticas pedagógicas. A formação continuada para a função de professores em Educação Especial ofereceu oportunidades para os educadores aprimorarem suas habilidades, desenvolverem estratégias inovadoras e adquirirem conhecimentos específicos para atenderem às demandas de uma sala de aula inclusiva.

A formação continuada de professores desempenha um papel fundamental na promoção da qualidade do ensino e no desenvolvimento da educação. Esse processo vai muito além da obtenção de um diploma inicial, sendo uma busca constante pela atualização, aprimoramento e adaptação às transformações na sociedade e especificamente nas práticas pedagógicas. Sendo assim,

> [...] a formação continuada é uma exigência para os atuais. Desse modo, pode-se afirmar que a formação docente acontece em *continuum*, iniciada com a escolarização básica, que depois se completa nos cursos de formação inicial, com instrumentalização do professor para agir na prática social, para atuar no mundo e no mercado de trabalho (Romanowski, 2007, p. 138).

De acordo com Romanowski (2007), o aprimoramento não só aperfeiçoa as habilidades técnicas dos professores, mas também impulsiona o desenvolvimento de competências socioemocionais. Educadores atualizados estão melhores equipados para lidar com a heterogeneidade presente nas salas de aula, ajustando suas abordagens de ensino de acordo com as particularidades individuais dos alunos.

Em 1996, foi instituído o Curso Normal Superior, por meio da LDBEN, que trouxe importantes mudanças na educação brasileira, incluindo a criação do Curso Normal Superior, que se destinava à formação de professores para a Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental. A implementação desse curso objetivava aprimorar a qualidade da formação dos profissionais da educação, buscando oferecer uma base sólida para atuação nos primeiros anos escolares. Nesse período, as professoras da Apae sentiram a necessidade de cursar a graduação Normal Superior, porque a Secretaria Estadual de Educação passou a exigir formação superior para o cargo de professor no ensino regular. No entanto, ainda não havia disciplinas específicas relacionadas à Educação Especial.

As capacitações continuavam por meio de cursos como os que aconteceram em 1998 no Colégio Opção, cuja proprietária foi pioneira em atendimento ao aluno com deficiência em classes especiais em Montes Claros. Maria da Conceição Mendonça Silva[4] ofertou o curso “Especialização em Educação Especial", com habilitação em Deficiência Mental. É importante esclarecer que, nesse momento, o título de especialização não era uma pós-graduação, mas um curso de capacitação. Essas iniciativas eram imprescindíveis para a Apae, porque o número de alunos com deficiência que eram assistidos na escola aumentava e exigia que os professores desenvolvessem mais conhecimentos e habilidades pedagógicas, principalmente no âmbito da deficiência mental que, conforme relatos dos profissionais que atuaram no período, era o mais desafiador para quem não dominava o assunto. Maria da Glória Pereira Veríssimo (Entrevistada, 2023) afirma que participou do curso ofertado pelo Colégio Opção em Deficiência Mental durante um ano, além de participar de diversas formações em outras

[4] Maria da Conceição Mendonça Silva nasceu em 09 de agosto de 1934 e tinha formação em Magistério e Filosofia. Pioneira na Educação Especial em Montes Claros, foi proprietária do Colégio São Norberto, Colégio Opção, antigo CBMoc (Curso básico de Montes Claros) e proprietária do Centro Pedagógico Capelo Gaivota, instituição filantrópica de ensino especial para PcD.

cidades.

A Apae também desempenhou um papel essencial no suporte à comunidade surda. No início, os professores não conheciam a Língua de Sinais e, da mesma forma das outras deficiências, eles deviam adquirir mais conhecimento para o atendimento aos alunos surdos. Souza (Entrevistada, 2023) afirma que se deslocava para Belo Horizonte para fazer curso de Língua Brasileira de Sinais (Libras), no período de férias e, muitas vezes, pagava os gastos com recursos próprios. Ao analisarmos a carência de políticas públicas e de financiamento educacional para a formação em Educação Especial, podemos perceber que isso dificultava a expansão e a qualidade de capacitação dos professores. Essa lacuna resultava na necessidade de investimentos próprios por parte dos educadores que buscavam aprimorar suas habilidades na área de Educação Especial. No interesse desse aprimoramento, muitas professoras iniciaram a faculdade de Normal Superior e, alguns anos depois, o Curso Superior em Pedagogia.

É importante compreendermos que, no contexto de Montes Claros, o Curso Superior em Pedagogia já existia. A Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm) estabelecida pela Lei Estadual nº 2.615 em 24 de maio de 1962, iniciou a oferta do Curso Superior em Pedagogia em 13 de abril do mesmo ano, sendo realizada nas instalações do Colégio Imaculada Conceição. No entanto, a habilitação ainda não era exigida dos profissionais que lecionavam para o Ensino Infantil e Fundamental (anos iniciais). Em 6 de maio de 2003, a Unimontes aprovou o Curso Normal Superior, de acordo com a Resolução n° 093/2003, em várias cidades da região do Norte de Minas Gerais.

Os cursos de licenciatura na formação de profissionais para a docência são pilares fundamentais para garantir a qualidade do ensino em todos os níveis educacionais. Dias e Souza (2017) apontam que a formação para a docência não deve ser percebida apenas como a oferta ocasional de cursos independentes do trabalho do professor. Pelo contrário, a formação deve ser compreendida como um processo contínuo, intrinsecamente ligado às demandas que surgem no exercício profissional, integrando-se de maneira coesa à prática cotidiana do educador.

Com a Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), foi assegurado à PcD condições de igualdade no sistema educacional. Isso significava o direito de estudar em escolas regulares, que deveriam estar adaptadas para o atendimento às especificidades do estudante com deficiência. Assim, as formações em graduação e pós-graduação em Educação Especial tiveram um importante crescimento. Nesse viés,

> [...] a política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva adotada pelo país desde 2008 operou mudanças na formação e na atuação dos professores, tanto da escola regular quanto dos professores que atuam na Educação Especial. Passou de uma atuação mais especializada, com atendimento individualizado, para uma atuação mais abrangente. Em outras palavras, tal professor passa a atuar com alunos com diferentes deficiências (Possa; PieczkowskI, 2020, p. 11).

Nesse âmbito, podemos refletir que a formação continuada revela que muitos professores optaram por cursar programas de especialização *lato sensu* por diferentes motivações. Em alguns casos, essa busca é impulsionada pela necessidade de preencher lacunas identificadas em sua formação inicial, sugerindo um reconhecimento de que a constante atualização é essencial para acompanhar as demandas em evolução no campo educacional.

Para superar possíveis lacunas na formação inicial dos professores, é essencial implementar uma formação continuada que esteja alinhada com as problemáticas e necessidades contemporâneas das escolas brasileiras. A dinâmica do cenário educacional está em constante evolução, demandando dos educadores habilidades e conhecimentos atualizados para o enfrentamento de desafios emergentes. Ao se adaptar às demandas do presente, a formação continuada proporciona aos professores ferramentas valiosas para aprimorar suas práticas pedagógicas, promover a inclusão e enfrentar as diversidades presentes nas salas de aula. Nesse contexto, investir na constante atualização dos profissionais da educação pode fortalecer a qualidade do ensino e contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a construção de uma educação mais inclusiva.

MATERIAIS E MÉTODOS

Segundo Oliveira (2024), o estudo de uma instituição escolar revela muito sobre a sociedade, ressaltando a importância da educação para a formação cultural de uma nação. Nessa perspectiva, analisar historicamente essas instituições envolve documentos, memórias, depoimentos e imagens, utilizando os princípios da “Nova História” da Escola dos Annales. Nesse prisma, este estudo focaliza a origem das instituições escolares, especialmente de Educação Especial, no Brasil e em Minas Gerais, com destaque para a Apae, da cidade de Montes Claros-MG.

A pesquisa historiográfica exige a localização de fontes históricas mais relevantes para os estudos investigativos. No caso da Apae, houve dificuldades de acesso aos documentos devido à falta de funcionários e mudanças na diretoria. O acesso aos arquivos, que, em alguns momentos, foram encontrados desorganizados e malconservados, ocorreu em junho de 2023. A organização e preservação dos arquivos educacionais são fundamentais, mas enfrentam desafios, como falta de pessoal e de recursos apropriados para armazenamento. Comparado ao trabalho do garimpeiro, o historiador deve ser perseverante em sua busca por informações.

A pesquisa utilizou fontes escritas, iconográficas e orais. Fontes escritas são essenciais para o entendimento de eventos passados e construção de histórias consistentes. Fontes iconográficas, como fotografias, complementam essas informações e oferecem uma percepção do passado. Fontes orais, como entrevistas, apreendem memórias e testemunhos que enriquecem a compreensão histórica. De acordo com Alberti (2006), a História Oral é uma abordagem de pesquisa para estudar a história contemporânea, utilizando entrevistas gravadas com indivíduos ligados a eventos do passado e do presente. Sendo assim, ela é uma metodologia valiosa para estudar a história contemporânea e reconhecer múltiplas histórias e memórias. Para o autor,

> [...] a História Oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. Tais entrevistas são produzidas no contexto de projetos de pesquisa, que determinam quantas e quais pessoas entrevistar, o que e como perguntar, bem como que destino será dado ao material produzido (Alberti, 2006, p. 155).

Nesse viés, a metodologia da História Oral favoreceu no desenvolvimento das entrevistas que foram realizadas com ex-professoras, atuais funcionárias e familiares do fundador da Apae, contribuindo para melhor entendimento acerca dos elementos delineados neste artigo. A Educação Especial tenciona promover a inclusão e garantir educação de qualidade para todos, alinhando-se com a legislação brasileira. Desse modo, realizar pesquisas históricas sobre esse tipo de educação é importante para o reconhecimento de sua relevância na atualidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos estudos e análises realizados na pesquisa de Oliveira (2024), foi possível compreender que, na década de 1970, Montes Claros contava com uma população numerosa e experimentava um intenso período de modernização impulsionado por diversas transformações na sociedade local. O município ainda não contava com um lugar mais apropriado para o atendimento escolar público que atendesse à PcD. Geralmente, havia atendimento em hospitais psiquiátricos para casos severos de pessoas doentes mentais. Os casos não considerados graves e que as famílias não tinham condições financeiras para custear os tratamentos, ficavam “escondidos” em suas casas, sendo desprezados pela sociedade.

Na área de formação docente, em Montes Claros, a Funm, que foi criada pela Lei Estadual nº 2.615 em 24 de maio de 1962, iniciou o curso de Pedagogia, em 13 de abril de 1964, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, sediada no Colégio Imaculada Conceição (Unimontes, 2022). Na época, a habilitação em nível superior ainda não era obrigatória para professores do Ensino Infantil e Anos Inicias do Ensino Fundamental. Esse requisito só se tornou obrigatório com a promulgação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estipulava as diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN).

Em 6 de maio de 2003, a Unimontes aprovou o curso Normal Superior, de acordo com a Resolução nº 093/2003, em várias cidades da região do Norte de Minas Gerais. Entre elas, estava Montes Claros. A partir do ano de 2005, a universidade inseriu a disciplina de Libras nos cursos para formação docente, por meio do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Em 2007, foi criado o curso de pós-graduação *lato sensu* em Libras para ser oferecido em outras localidades atendidas pela Unimontes, conforme a Resolução nº 227 – Cepex/2007 (Diamantino, 2014). Nesse mesmo ano, a universidade incluiu a disciplina de Educação Especial nos currículos de formação docente. No ano de 2023, por meio da Resolução do Cepex/Unimontes nº 043, de 22 de março de 2023, a Unimontes aprovou o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Especial Inclusiva, que é ofertado na modalidade a distância.

Paralelamente a essa movimentação da Unimontes, outras instituições de ensino superior em Montes Claros e região têm contribuído para a formação em Educação Especial, oferecendo cursos de graduação, pós-graduação e profissionalizantes. Essa ação tem fortalecido a rede de atendimento e suporte à PcD, promovendo uma educação mais inclusiva e de qualidade na região.

No início da década de 1990, durante a gestão do presidente Lenir de Abreu, os professores da Apae foram incentivados a continuarem suas formações em Educação Especial. Eles começaram, então, a participar de congressos, palestras e cursos na área, geralmente, realizados fora da cidade. Alguns professores eram graduados no Curso Normal Superior; outros, em Pedagogia. Houve educadores que, em 2015, já possuíam o curso de pós-graduação em Educação Especial. No entanto, os profissionais da Apae travaram lutas no

decurso do tempo para superar os desafios da falta de capacitação mais adequada para atendimento aos alunos com deficiência.

Na década de 1950, iniciativas de atendimento à PcD nas escolas começaram a surgir. A professora Maria da Conceição Mendonça Silva, conhecida como "Dona Conceição", com formação em Magistério e uma vontade intrínseca de ajudar, começou a oferecer atendimento a crianças com deficiência, inicialmente no Colégio São Norberto, de esfera privada, onde foi uma das proprietárias. Conforme a demanda crescia, Dona Conceição expandiu seus serviços para o Colégio Padre Murta, conhecido também como Colégio Cristão Batista de Montes Claros (CBMoc). Assim, ela começou a atender crianças com deficiências físicas e intelectuais, utilizando conhecimentos adquiridos no Instituto Armanelli, que funcionava em Belo Horizonte.

Com o aumento da procura por mais conhecimento de como lidar com PcD, Dona Conceição criou as salas de recursos no Colégio CBMoc para atender crianças surdas e com outras deficiências. Essas salas logo se tornaram insuficientes, levando a educadora a fundar o Centro Pedagógico Capelo Gaivota, em 1978. Inicialmente, era uma instituição privada, que se tornou uma referência no atendimento à PcD, mesmo antes de ser oficialmente reconhecida como entidade filantrópica. Atualmente, o Centro Pedagógico Capelo Gaivota é afiliado à Fenapaes para receber recursos adicionais.

A Apae de Montes Claros nasceu em um período em que já havia algum atendimento em Educação Especial na cidade, porém em um contexto de escola de ensino regular, nas chamadas classes especiais. A motivação para a criação da Apae de Montes Claros surgiu a partir do movimento de pais, amigos PcD e voluntários, que reconheceram a necessidade de um espaço, de uma instituição sem fins lucrativos, para proporcionar educação e socialização de pessoas com deficiência no município. A Apae contou com o apoio de entidades filantrópicas, como Maçonaria, Rotary, Lions, além do empresariado local e da classe política, para sua existência. Após a primeira reunião, não há informações precisas sobre o início imediato dos atendimentos na escolinha da Apae. No entanto, há indícios de que algum tipo de atendimento pode ter ocorrido nesse período. A escolinha foi posteriormente desativada por um período prolongado, sendo reativada somente em 1981.

A primeira Apae no Brasil foi fundada em 1954, na cidade do Rio de Janeiro, com apoio do casal norte-americano Beatrice e George Bemis, que eram membros da *National Association for Retarded Children* (*Narc*) – trata-se de uma organização fundada por pais em 1950, nos Estados Unidos da América (EUA), que lutava pelos direitos à educação de PcD intelectual. Motivado pela experiência com sua filha com Síndrome de *Down*, o casal impulsionou a criação da Apae no Brasil. Nesse cenário, surge o movimento Apaeano para articular ações em defesa dos direitos da PcD, envolvendo pais, amigos, PcD, profissionais e instituições públicas e privadas, visando a promoção e a defesa dos direitos de cidadania e inclusão social da PcD. A partir desse movimento, a Apae pode iniciar a sua história de luta por inclusão na cidade de Montes Claros.

Destacamos, ainda, que na ata de fundação da Apae não ficou registrado a função da senhora Maria de Lourdes de Carvalho, contudo nas instalações da Apae, encontra-se uma placa de inauguração da rampa de acesso ao 2° pavimento em 23 de setembro de 2006 (Figura 2, a seguir), homenageando e agradecendo as professoras pioneiras da instituição, entre elas as senhoras Maria de Lourdes de Carvalho, Marta de Almeida Brasil e Zeni de Araújo Gomes.

Figura 2 – Placa de inauguração da rampa de acesso ao 2° pavimento



Fonte: Instalações da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Montes Claros (2023)

De acordo com Lenir de Abreu[5] (Entrevistado, 2023), as Apaes costumam ser criadas formalmente, mas a efetivação pode levar anos, dependendo de doações. Nesse viés, no ano de 1981, ocorreu uma eleição para a nova diretoria da Apae, sendo apresentada uma chapa única. O mandato, que se estenderia de 1981 a 1983, teve como presidente do Conselho Diretor Antônio Franco Amaral Netto e como vice-presidente Geraldo Ruas de Abreu. Nesse mesmo ano, o novo presidente anunciou que as atividades escolares da Apae começariam em 3 de novembro, contando com duas professoras contratadas pela instituição. Nesse estágio inicial, a instituição estava em processo de implantação e construção, já oferecendo algum atendimento, embora limitado a poucos alunos. A Apae passou um longo período à espera de um local para a construção de uma escola própria para atendimento aos alunos, porque necessitava de doações de diversos segmentos, como empresas, entidades filantrópicas (Maçonaria, Lions, Rotary), setores governamentais e pessoas físicas voluntárias.

A Apae enfrentou desafios e buscou parcerias para ampliar seus serviços, contando com a Legião Brasileira de Assistência-LBA, Lion Club e empresários da cidade, que realizaram eventos como pedágios, a estreia do filme “Num Lago Dourado” e a peça “Toalhas Quentes”, contribuindo financeiramente, pois a escola da Apae enfrentava dificuldades, destacadas pela falta de merenda, mobiliário e maior apoio da comunidade. Nesse contexto, a Apae de Montes Claros intensificou suas estratégias de captação de recursos e consolidação como instituição essencial na comunidade. A busca por recursos permitiu a aquisição de ônibus para transporte dos alunos, superando desafios logísticos e oferecendo atendimento na área da saúde. O

[5] Lenir de Abreu é formado em Medicina Veterinária, licenciado e pós-graduado em Química, professor do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Doutor em Ciências da Educação, empresário do ramo da veterinária. Foi vice-presidente e Presidente da Apae de Montes Claros-MG. Todas as informações relatadas por Dr. Lenir antes do período em que ele fez parte da diretoria são informações também relatadas a ele por ex-presidentes e diretorias anteriores, além de comprovações de fontes documentais.

projeto da Apae foi considerado consolidado, mesmo enfrentando dificuldades financeiras.

Atualmente, a Apae oferece assistência a aproximadamente 120 alunos em sua escola, registrada como “Escola Cirandinha”, conforme estabelecido pela Resolução n° 6.900 de 24 de dezembro de 1991 e, a partir de 1997, com o nome modificado para “Núcleo Educacional Expansão e Educação Especial”. Além disso, presta atendimento a 180 alunos no Centro Dia, a 8 pessoas na Casa Lar e a 980 indivíduos no Programa de Reabilitação. É relevante ressaltar que a Apae engloba serviços educacionais para PcD em diversas etapas, incluindo Ensino Infantil, Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA), por meio de parcerias com entidades governamentais. A instituição mantém colaborações com setores públicos de saúde e assistência social, contando com o Sistema Único de Saúde (SUS).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa discutida neste artigo destacou os desafios enfrentados pelos professores na formação inicial e continuada na área da Educação Especial no Brasil. Iniciativas particulares, como a Apae, são fundamentais por oferecerem suporte educacional para a PcD. A Apae de Montes Claros enfrentou dificuldades na formação de suas professoras desde a década de 1970 até 2015. Inicialmente, uma psicóloga ajudava na adaptação dos alunos e, na década de 1980, as professoras começaram a participar de cursos e congressos. Apesar da formação continuada ser incentivada pela Apae, a única formação disponível era o magistério, que não era adequado para a Educação Especial.

No final do século XX e início do século XXI, algumas políticas educacionais transformaram a formação docente. Licenciaturas e graduações em Pedagogia tornaram-se realidade, marcando um avanço significativo na profissionalização do magistério. No entanto, persistiram alguns desafios no atendimento especializado, evidenciando a necessidade de aprimoramento contínuo. A década de 2000 trouxe importantes mudanças nas legislações educacionais, criando, por exemplo, a Política Nacional na Perspectiva da Educação Inclusiva, que buscou garantir o direito à educação para todos os alunos, independentemente de suas necessidades. Além disso, a oferta de cursos de pós-graduação em Educação Especial também se expandiu, contribuindo para a formação de profissionais mais capacitados para atender às demandas específicas dos estudantes com deficiência. Essas iniciativas refletem um esforço contínuo para promover uma educação mais inclusiva, embora ainda haja muito a ser feito para superar os desafios existentes.

Em suma, os dados analisados neste estudo demonstram que a pesquisa alcançou seu objetivo central, o qual constituiu em discutir a formação de professores em Educação Especial da Associação de Pais e Alunos Excepcionais (Apae) de Montes Claros, entre 1970 e 2015, problematizando as motivações para a construção do conhecimento pedagógico para a prática docente. No entanto, não foi nossa pretensão esgotar todas as abordagens possíveis sobre o tema discutido. Sendo assim, defendemos que a formação de professores em Educação Especial é imprescindível para uma sociedade inclusiva, exigindo conhecimentos e habilidades abrangentes e uma constante atualização profissional. Esperamos, portanto, que este trabalho desperte interesse para futuras investigações, como as práticas pedagógicas das professoras da Apae, a percepção da instituição na comunidade local, a educação profissional oferecida e a inserção dos alunos na sociedade, entre outros tópicos relevantes.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Crislane Barbosa; CHARLOT, Bernard. Educação e diversidade nas percepções de professores e gestores escolares. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 40-69, jan./mar. 2022.

ALBERTI, Verena. Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 155-202.

ANJOS, Silvana Prazeres dos. História e política da Educação Especial no Brasil. *In*: **Anais do VI Fórum Internacional de Pedagogia**. Campina Grande: Realize Editora, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. **Parecer nº. 252/69** de 11 de abril de 1969. Estudos pedagógicos superiores. Mínimos de conteúdos e duração para o curso de graduação em pedagogia. Brasília: Diário Oficial da União, 11 abr. 1969.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Resolução nº 2, de 11 de abril de 1969**. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados na organização do Curso de Pedagogia. Brasília: Diário Oficial da União, 11 abr. 1969.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Diário Oficial da União, 5 out. 1988.

BRASIL. **Declaração De Salamanca**: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 23 dez. 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: Diário Oficial da União, 118 fev. 2002.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Mec, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Diário Oficial da União, 6 jul. 2015.

DIAMANTINO, França Silvana. D. **Inclusão de alunos com NEE no ensino superior***:* um estudo de caso na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). 2014. 239f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação). Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real.

DIAS, Marisa da Silva. SOUZA, Neuza Maria Marques. Contribuições para compreender a formação na licenciatura e na docência. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33, p. 1-23, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 71. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. 243 p. (Coleção Educação Contemporânea)

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A educação especial no Brasil**: da exclusão à inclusão escolar. Campinas: Laboratório de Estudos e Pesquisas de Ensino e Diversidade da Unicamp, 2011.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil** [livro eletrônico]: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2021.

MONTICELLI, Fernanda Ferreyro. **Processos de exclusão da/na escola no Estado do Espírito Santo na Primeira República (1889-1930)**. 2014. 222 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, Vitória, 2014.

NEVES, Macedo Deimling Natália. A Educação Especial nos cursos de Pedagogia: considerações sobre a formação de professores para a inclusão escolar. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 17, p. 238-249, n. 3, set./dez. 2013.

OLIVEIRA, Stefanie Kelly Lourenço. **Educação Especial em Montes Claros**: implantação e consolidação da Apae (1970-2015). 2024. 161f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros.

PLETSCH, Marcia Denise. O que há de especial na Educação Especial Brasileira? **Momento - Diálogos em Educação**, Rio Grande, v. 29, n. 1, p. 57-70, 2020.

PLETSCH, Marcia Denise; SOUZA, Flávia Faissal de. Educação comum ou especial? Análise das diretrizes políticas de Educação Especial brasileiras. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, São Paulo, v. 16, n. esp. 2, p. 1286-1306, 2021.

POSSA, Joce Daiane Borilli; PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro. Desafios docentes para a atuação no atendimento educacional especializado. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 33, p. 1-23, set. 2020.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e profissionalização docente**. Curitiba: Ibpex, 2007.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Como chamar as pessoas que têm deficiência**. São Paulo: RNR, 2003.

SOARES, Marcia Torres Neri. Cultura escolar e organização curricular: um olhar histórico sobre a deficiência. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 28, n. 3, p. 81-95, set./dez. 2020.

TANURI, Leonor. História da Formação de Professores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 61-88, maio/ago. 2000.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (Unimontes). **Resolução nº 093/CEPEx/2003**. Aprova a implantação do Curso Normal Superior Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Emergencial Modular e Curso Normal Superior Magistério da Educação Infantil. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 22 dez. 2003.